

Ambivalência pós-moderna e produção de angústia: notas sobre um capitalismo afetivo
Postmodern Ambivalence and the Production of Angst: notes on an affective capitalism

Beatriz Marques Barbosa¹

Prof. Dr. Asher Grochowalski Brum Pereira²

RESUMO

Vivemos, segundo Stuart Hall, Félix Guattari e Zygmunt Bauman, um período de formação e consolidação de uma nova forma dominante de subjetividade. Hall (2006) fala de uma subjetividade pós-moderna marcada pelo “descentramento do sujeito” (outrora caracterizado por ser uma identidade fixa e estável). Guattari (1996), por sua vez, aponta para uma “subjetivação capitalística” que se mostra hegemônica no que chama de Capitalismo Mundial Integrado, enquanto Bauman ampara sua discussão através de uma modernidade sempre em estado de ambivalência. O objetivo desta pesquisa é analisar como a questão da subjetividade contemporânea é pensada nas obras destes três autores. Mais especificamente, trata-se de analisar (1) como compreendem as condições sociais da emergência e consolidação de uma subjetividade contemporânea, (2) quais afetos, sentimentos e emoções se relacionam com essa nova forma de subjetividade e (3) como os autores entendem os usos políticos dessa nova forma de subjetividade. No que diz respeito a uma política de identidade, esses conceitos serão importantes no desenvolvimento de um processo de sofrimento derivado desse excesso de demarcações (ou a opacidade delas), tendo em vista a volatilidade das identidades; não só das identidades, mas em especial das identificações. Sendo assim, trata-se de uma revisão bibliográfica retrospectiva.

Palavras-chave: ambivalência; pós-modernidade; identificação; cultura.

ABSTRACT

According to Stuart Hall, Félix Guattari, and Zygmunt Bauman, we are living in a period of formation and consolidation of a new dominant form of subjectivity. Hall (2006) speaks of a postmodern subjectivity marked by the “decentering of the subject” (which was once characterized by a fixed and stable identity). Guattari (1996), in turn, points to a “capitalist subjectivation” that becomes hegemonic within what he calls the Integrated World Capitalism, while Bauman bases his discussion on a modernity always in a state of ambivalence. The goal of this research is to analyze how the issue of contemporary subjectivity is addressed in the works of these three authors. More specifically, it aims to analyze (1) how they understand the social conditions for the emergence and consolidation of contemporary subjectivity, (2) which affects, feelings, and emotions are related to this new form of subjectivity, and (3) how the authors understand the political uses of this new form of subjectivity. Regarding an identity politics, these concepts will be important for the development of a process of suffering derived from this excess of demarcations (or the opacity of them), given the volatility of identities; not only of identities but especially of identifications. Thus, this is a retrospective bibliographical review.

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

² Docente pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e orientador do presente trabalho.

Keywords: ambivalence; postmodernity; identification; culture.

1 INTRODUÇÃO

No presente ensaio, a subjetividade se apresenta como a ação do sujeito no mundo capitalista: sua relação com o exterior, seus consumos, suas amarras, suas reproduções, mas também produções, suas identificações e manifestações de qualquer caráter que sejam. Todos esses fatores alinhados dentro de 3 ideias de cultura capitalística que se unem para um projeto de capitalização mais refinado, desenvolvido por Guattari (1996) para explicar o que chama de Capitalismo Mundial Integrado (CMI): cultura-valor, cultura-alma e cultura-mercadoria.

O trabalho também busca entender como a convenção da cultura se movimenta com o capital na criação de subjetividades angustiadas porque divididas nas inúmeras identificações providas da globalização na pós-modernidade, além de tentar explicar um processo de expansão da cultura e de um capital que se alimenta da angústia, do esgotamento e do conflito para sua manutenção.

A primeira parte se apresenta como a contextualização da(s) compreensão(ões) de sujeito da queda feudal até o presente momento através da obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006). São apresentadas três manifestações históricas de sujeito a partir da filosofia, sociologia, psicologia e história se complementando e, por consequência, complexificando a compreensão do sujeito sobre si e do capital sobre o sujeito.

A segunda parte foi quase inteiramente baseada no livro *Micropolítica: cartografias do desejo* (1996) de Félix Guattari (1930-1992) e Suely Rolnik (1948-) e trata-se de um resumo sobre as manifestações e entendimento de cultura na história sendo utilizada enquanto instrumento de semiotização, responsável pela produção de subjetividades hegemônicas em uma era onde as identidades não comportam a velocidade das identificações porque as interações sociais acontecem em um plano real-virtual, material ou em estado ausente de materialidade e, por isso, expande os processos relacionais sociais e com o consumo porquê ampliadas as possibilidades identificatórias, das representações de si para Bauman (1999) ou das posições de sujeito em Hall (2006).

As outras duas partes dialogam sobretudo com o conceito de ambivalência de Zygmunt Bauman em *Modernidade e Ambivalência* (1999) para explicar a necessidade de classificação e nomeação do indivíduo/sujeito discursivo, um sujeito de linguagem, enquanto ferramenta para evitar a angústia e a ansiedade derivadas da incerteza mas, uma vez que o plano de modernidade é a tentativa de ordenação esquivada à desordem e ao caos, se reconhece ainda mais caótico e

desordenado. Nesse caso, o contexto são os aspectos identificatórios, visto que as identidades/identificações nada mais são que fronteiras de significados que pela virtualização das relações tornam-se cada vez mais opacas e, portanto, mais ambíguas e ambivalentes.

Por fim a última parte tem por intenção explicar brevemente de que forma a semiotização capitalística das identificações e seus consumos é uma maneira de gerir e contribuir ao capital, e perpetuar sua manutenção de poder, uma vez que o sujeito pós-moderno se encontra em permanente estado de ambivalência porque enfrenta um processo de transformação das relações: os significantes estão se expandindo e os significados mais ainda, tomando novas proporções e possibilidades de manifestação que a psique humana é incapaz de compreender em sua completude e, portanto, angustia-se em sua ambivalência.

2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO(S) SUJEITO(S)

É necessário explicar que por uma questão de fluxo torna-se mais fácil escrever o texto como se esses sujeitos fossem visivelmente separados nos períodos históricos, embora certamente esse não tenha sido um processo sólido, mas concomitâncias no tempo e espaço sobre esses momentos considerados “de virada” para a sociologia da pós-modernidade. Nesse caso, reitero a compreensão de que essas mudanças se tratam de um movimento em paralelo umas com as outras de maneira que não se sobrepõem mas coexistem no imaginário social, na racionalidade e no comportamento político, econômico e social. Além disso, toda essa seção sobre a contextualização do sujeito se baseia majoritariamente na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006) de Stuart Hall (1932-2014).

2.1 SUJEITO ILUMINISTA

Stuart Hall (2006) defende que o Iluminismo trouxe consigo questionamentos que não só foram motivo de revolução (nesse caso, a francesa [1789-1799]), mas também de uma mudança completa na forma com que o sujeito constituía (o que foi também um dos motivos revolucionários, tendo em vista as insatisfações no que diz respeito ao trabalho e, por consequência, à dignidade do trabalhador). Anteriormente a isso, as condições sociais na época não possibilitavam ascensão econômica e cultural, portanto, eram populações rurais que apenas desenvolviam suas funções de sustento e que justamente por serem constituídas em circunstâncias limitadas de possibilidade de mudança no status quo, são julgados sujeitos iluministas. Dessa maneira, caracterizados como político e economicamente estáticos, são também em suas subjetividades entendidos e propostos como seres fixos, cuja essência se

desenvolve e se articula de acordo com os anos, mas que em nenhum momento muda de forma. Assim, a fixidez do sujeito é reflexo da estaticidade política e econômica.

Nesse sentido, os séculos XVIII e XIX são um marco sociológico para a consolidação da cultura capitalística – termo utilizado por Guattari (1996) para descrever essa cultura como um instrumento, uma ferramenta cultural e do capitalismo, portanto, capitalística - dada a ascensão da ciência e da filosofia (iluminista) na época que demonstraram ao indivíduo sua capacidade crítica; enquanto as ideias liberais e a divisão do trabalho, simultaneamente, agregavam às indústrias o desenvolvimento tecnológico tendo a Revolução Industrial (1760-1840) como resultado.

Foi um período de tensão econômica para a Europa: a queda do Absolutismo, os movimentos operários, estes já mais modernos e predominantemente ingleses com os ludistas, por exemplo. Tudo isso dizia respeito às condições de vida e de trabalho.

Dessa maneira, para Hall o sujeito iluminista se constitui em um momento de conflitos históricos, políticos e econômicos que causaram impactos na maneira como se entendia a relação do sujeito com a realidade. São muitos atravessamentos neste percurso de implosão sistêmica que demonstram um sujeito mais liberto, dotado de escolhas - (de)limitadas de acordo com os interesses do capital e inseridos em um contexto discursivo liberal, isso é, um entendimento do trabalho como recompensatório dentro de um sistema que se consolida através da manipulação dos corpos e da mais-valia.

O entendimento a respeito do sujeito estava passando por interpelações de uma deformação feudo-capitalista; agora não só a liberdade individual estava sob análise crítica, mas também espaços e interações sociais materiais e simbólicas de pouca ou muita intimidade com o indivíduo e, portanto, foi tornando o pensamento crítico mais semiotizado e subjetivo.

Com os interacionistas simbólicos, a antropologia, as ciências sociais, a biologia, a psicologia e a filosofia caminhando a um discurso científico que identifica a relatividade das possibilidades de existência interação do Eu com o Outro na formação do sujeito e suas subjetividades é que se identifica o sujeito sociológico (HALL, 2006).

2.2 SUJEITO SOCIOLÓGICO

Porque designado sobretudo pelas ciências humanas, recebe o nome de “sujeito sociológico”. Hall (2006) enfatiza que o interacionismo simbólico e a psicanálise são momentos importantes para o entendimento deste sujeito porque falam sobre um indivíduo modernizado cujas dinâmicas relacionais importam para seu funcionamento, sua interação com a realidade,

com os afetos e com os desejos. A interação particular com a sociedade e com o consumo (semiotizado e subjetivo) desse sujeito importa à economia e à política.

Agora, uma vez que o simbólico é entendido como alicerçado à cultura e ao discurso, a interação deste indivíduo e a formação da identidade e de seus interesses identificatórios tem relação (in)direta com as significações de um outro, de um exterior, um parâmetro terceiro. Isso posto, entende-se que a identidade, de maneira não tão simples, provém da relação entre “sujeito x cultura” e a cultura é a interação que media o “eu interior” com o “mundo exterior”; portanto há uma “essência” interior neste sujeito, mas que é capaz de interagir com as culturalidades e, por consequência com as identificações que estas oferecem modificando-se e modelando-se a partir delas. Hall (2006) descreve o “nascimento” de um sujeito sociológico/moderno como algo que:

[...] Refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. G. H. Mead, C. H. Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção “interativa” da identidade e do eu. (HALL, 2006, p. 11)

Um século adiante (XX), justamente quando as ciências humanas e sociais passam a evidenciar do que se tratam as relações humanas e suas interações com o mundo exterior, os reguladores do grande mercado de consumo, concomitantemente, supervisionam e investem seu tempo e seu dinheiro na compreensão dessas dinâmicas afim de entender o processo de interesse pelo produto, sua relação com o consumo e quais as conexões afetivas que dizem respeito ao interesse por aquilo que se busca vender/normalizar. Basicamente porque a economia e a política precisavam gerir as novas manifestações identitárias modernas, a manutenção sistêmica se deu através do discurso. Surge, por exemplo, a teoria comportamental, fundamentada a partir das relações corporativas e criada para entender as relações entre os funcionários e com a empresa pois, entendendo as dinâmicas, é possível estabelecer formas de controle e exploração mais atualizadas e maleáveis.

Assim, é possível enxergar o início de uma perspectiva fragmentária do sujeito moderno, pois: (1) os significantes contém inúmeros significados que já não são capazes de dizer as incontáveis possibilidades de interpretação e interpelação deles em nós no que diz respeito à identificação (2) como consequência dessas significações diversas, o indivíduo é incapaz de prender-se a um significado, não por si, mas porque suas palavras e ações - que, por sua vez, também são simbolismos e linguagem - podem tomar consequências interpretativas para o

externo que são completamente diferentes das “previstas”, tomando proporções quase que entrópicas consigo e em coletivo.

2.3 SUJEITO PÓS-MODERNO

Discussões desde os anos 1950 analisam a mudança na gestão de nossas vidas, sendo essa mudança, derivada de uma crescente em movimentos sociais no começo do século XX. Mas o que de tão importante faria com que esses movimentos gerassem mudanças ou ao menos novas demarcações nas identidades e estruturas de poder? produziram novas exigências e novas demandas que, de alguma maneira, precisaram e precisam ser supridas se é pretendido manter a ordem.

Com toda a movimentação operária, os desdobramentos da ciência, a importância que se construiu pelo conhecimento científico e a sociologia lidando com as estruturas de coerção social; a antropologia lidando com a culturalidade e temporalidade; a psicologia e seus aspectos comportamentais; a economia e a política entendendo e simultaneamente sofrendo os aspectos modernos de consumo baseados na estética, na volatilidade, na obsolescência, e nas necessidades imediatas do sujeito. Por isso, quando Deleuze (1992) apresenta as *sociedades de controle*, ele anuncia a chegada de um poder virtual, tecnológico e computacional. Um sistema baseado na linguagem, no controle contínuo e na comunicação constante e instantânea ainda com referências *disciplinares* como a vigilância e normatização (FOUCAULT, 1999), mas que agora apresentam caráter mutável, instável, deformante e/ou mutante.

Fortemente marcado pelas relações que interpelam a formação subjetiva, o sujeito pós-moderno é fragmentado porque interpelado por processos de mudança na forma de se governar. As sociedades disciplinares de Foucault (1926-1984) denunciam que o poder disciplinar busca manter as práticas particulares do sujeito como seus afetos e desejos sob vigilância. Assim, não se trata somente de punir o sujeito, mas de produzir corpos docilizados através de sua culpabilização uma vez que o poder agora se dá com base em regimes administrativos e de circuitos fechados (instituições).

As demarcações de fronteira nas sociedades de controle (pós-modernidade) se tornaram opacas e, portanto, não demarcam mais um território específico, tanto num aspecto individual quanto num aspecto coletivo justamente pelo caráter modular do sistema. As palavras tomam outros significados, os intuitos mercadológicos se tornam outros: não se trata mais de uma prisão literal cuja liberdade “material” do indivíduo está em xeque, mas se trata de um poder mais íntimo porque mais integrado à existência humana e ao funcionamento social particular e coletivo. Trata-se de um marketing de filosofia semiótica.

É um capitalismo de sobre-produção [...]. O que ele quer vender são serviços e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda e para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa. (DELEUZE, 1992, p. 3)

Essas sociedades de controle, que entendo como sendo parte de como se apresenta a modernidade tardia com uma visão estatal-nacional de “liberdade individual”, baseado num discurso individualizante, na atualidade, mostra seus impactos da pandemia, por exemplo, com a criação e disseminação de termos que dizem respeito a liberdade e bem-estar do sujeito, e que justamente por conversarem com o corpo do indivíduo nas propagandas do mercado de consumo (fruto de um processo de semiotização explicado na próxima parte deste ensaio) são divulgados em demasia produtos para cuidado com a pele, harmonização facial, propagandas de margarina, fralda para crianças, que criam cenários de afetividade familiar porque envolvem o cuidado de si e do outro, mexe com os afetos; todos esses produtos necessários para o dia a dia agora integram um espaço menor na vida do sujeito, mexem com sua individualidade, seu espaço pessoal com tópicos como “rede de apoio”, “dependência emocional”, “crise existencial”. Sempre são pensados produtos cujo valor seja afetivo e gere alguma sensação emotiva ainda que por alguns minutos.

Todas essas questões são extremamente válidas e precisam ser pensadas porque fazem parte do processo linguístico e da história: a formação de novos sentidos para as mesmas palavras onde todas essas mudanças (populares, vendidas como estilo de vida, maneiras de viver) convergem com a sensação de desamparo pessoal e social e a fragmentação (ou descentramento) do sujeito, inquietações que eventualmente se tornam angústias, em suma, baseadas em um jogo de ambivalência (BAUMAN, 1999).

Gratuitamente ou não, a relação do capital com nossas subjetividades e anseios pessoais vai além de uma relação simples e direta. Nossas identificações são capazes de se tornar “estilos de vida”, “maneiras de ser” e estéticas com potencial lucrativo ao capital. Com isso, quero dizer que essas identificações, hoje, não se tratam apenas da forma como se leva a vida, mas também de como se vende, se compra, se produz e se distribui essas maneiras de vida, que não deixam de ser nossas em alguma instância.

A pós-modernidade mudou a visão mercantil - ou acrescentou a ela - o emaranhado confuso da condição humana, adentraram nossas experiências aproveitando a hiper racionalização de nossas vidas e da ciência, tornando os questionamentos mais correntes e fluidos, ambíguos e incertos, em produto comercial. A angústia deriva da fluidez, da incerteza e da segregação pela identidade. O que consumimos somos nós, por isso, seja a norma, a ordem ou qualquer outro nome, torna-se e nos torna, também, mais opacos e menos objetivos. Agora:

“A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987).” (HALL, 2006, p. 13).

Se o sujeito, segundo Hall (2006) e sua defesa da importância dos interacionistas simbólicos, se dá através de suas relações não somente interpessoais, mas institucionais também (família, escola, trabalho), o século XX apresentou como objetivo a tecnologização das indústrias, e a consequência de seu objetivo era a crescente de movimentos sociais identitários e trabalhistas dissidentes, uma vez que a pluralização da cultura e dos sistemas culturais, pluraliza também a compreensão de si e de suas desejáveis representações. As transformações e manifestações identitárias desprenderam o indivíduo da estabilidade das tradições e estruturas.

A tradição para Giddens (1991), é uma forma de lidar com o espaço e o tempo, perpetuar a experiência geracional inserindo atividades individuais em uma continuidade do passado, presente e futuro estruturados por práticas sociais recorrentes que permitem a sensação de previsibilidade da vida. Já a (pós-)modernidade é conviver com a mudança contínua de práticas e significados sociais.

Quando a sociologia localiza o indivíduo em processos de interação social de normas coletivas e grupos sociais, é possível entender que assim como em menor escala o “desenvolvimento” se dá pelas relações, as estruturas também se relacionam com os indivíduos uma que vez formado por eles. E o interacionismo simbólico:

Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos nele desempenham. (HALL, 2006, p. 31)

Enquanto o interacionismo simbólico com Mead e Cooley apresentava um Eu interativo consciente com a cultura, Freud apresenta o eu como sendo dependente da relação com o outro. A psicanálise mostra a subjetividade como “produto de processos psíquicos inconscientes” quando o sujeito se apresenta nos sistemas de representação simbólica como a linguagem, cultura e sexualidade (HALL, 2006).

Sendo assim, as representações simbólicas interagem com a formação de subjetividade a partir das contradições do discurso, e as relações consigo e com o externo se denunciam como: o entendimento do dinamismo bom/mal, a incoerência dos desejos; no geral, essa formação contraditória e inconsciente do sujeito o divide. Assim, uma vez que a formação subjetiva se apresenta como dependente de outrem e das relações com a linguagem, com a cultura e com a

sexualidade – três pilares psicanalíticos – o sujeito cartesiano é desmantelado uma vez que para existir não basta pensar, também tem que interagir: o pensamento não se dá de maneira independente. Isso posto:

Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 2006, p. 39).

Marx, revisitado por Althusser (1918-1989), por consequência metodológica de seu materialismo-histórico deslocou a ideia de homem essencializado que a filosofia moderna apresenta com o empirismo e essencialismo porque no centro de seu desenvolvimento teórico do sistema, entendeu que mais íntima e determinante que a “essência” do homem, são suas relações sociais e os modos de produção e exploração da força de trabalho que também esfazem as ideias de racionalidade essencialistas e empiristas.

3 SOBRE O CAPITAL E A(S) CULTURA(S) EM GUATTARI

Se o capitalismo é uma máquina, a cultura e o capital são o que a alimentam. Juntos movimentam e fazem funcionar o sistema capitalista industrial. A cultura produz identidades ou identificações necessitadas de consumo estético, econômico e político, e da expressão destes mesmos aspectos; enquanto o capital se responsabiliza pela sujeição econômica, a cultura cuida das subjetividades. No Capitalismo Mundial Integrado, toda identificação é cultura e a cultura, por sua vez, depende da sensação coletiva para sua formação; para fins metodológicos, me atarei apenas àquelas culturas mapeadas por Guattari em *Micropolítica: cartografias do desejo* (1996).

A cultura na modernidade entendida como mecanismo capitalístico de manutenção do poder e produção de subjetividade, para Guattari, acontece em três “tempos” que se passam simultaneamente e não excluem uma à outra em seus plenos funcionamentos, na verdade, elas trabalham em conjunto: cultura-valor; cultura-alma coletiva; e cultura-mercadoria. Assim como os sujeitos são parte de um processo não necessariamente linear de entendimento, também se dá a cultura.

Essas culturas capitalísticas juntas produzem indivíduos normalizados e articulados através da criação de contextos semióticos, “modos de semiotização dominantes”, cujas instâncias subjetivas são separadas em sistemas de hierarquização, de valor(es), de submissão(ões). Guattari (1996) opera no raciocínio do sujeito como produtor e produto ao mesmo tempo. O Humano tem capacidade de agenciamento e também de produção cultural (embora entendida dentro de conceitos capitalistas) e histórica dentro do capital, porque seus

vários processos de singularização, possibilitam a subversão ao capitalismo ao mesmo tempo que abrem mais uma mínima previsão de consumo, de ação, de interesses. A cultura, perpetuada sobretudo pela mídia, se trata de um processo de semiotização de manifestações relacionais espontâneas.

A imprensa, enquanto produtora de cultura de massa, alimenta-se de fluxos de singularidade para produzir, dia a dia, individualidades serializadas. Democraticamente, ela “amassa” os processos de vida social em sua riqueza e diferenciação e, com isso, produz, a cada fornada, indivíduos iguais e processos empobrecidos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 39)

A cultura-valor pergunta “quem tem cultura?” e, portanto, separa o “sujeito bárbaro” do “sujeito civilizado” dentro de uma concepção de valorização. Essa é uma pergunta que somente a burguesia pode responder então parte-se do pressuposto de quem nem todo grupo de indivíduos produz cultura, ou, até faz cultura, mas dentro de uma escala de “é ou não é” evolucionista, utilitarista e hierárquica (“mais ou menos cultura”) e, embora a concepção de que não se mede ou não se determina cultura, porque tudo pode ser cultura, ainda sim é possível, dentro da movimentação capitalística, da movimentação burguesa, uma manifestação cultural não ser legitimada enquanto cultura, isto é, reconhecida por seu valor: seja ele cognitivo, político e/ou econômico quando não se trata de uma manifestação cultural de epistemologia burguesa.

A burguesia se mostra ativa na designação de quem tem ou não cultura e, por consequência, o que é culto e o que não é. No imaginário social uma pessoa culta no sentido hegemônico da palavra cultura é aquela que possui conhecimento musical, filosófico, político, entre outros. O conhecimento cultural sempre diz respeito à elitização dessas grandes áreas.

Um culto e cultuado conhecedor de música por exemplo, deve ter noções de sonoridade que se encontram com a música (branca) clássica, caso contrário, é um conhecimento a par e terceirizado, uma consequência dessa base geral de musicalidade. Portanto, a legitimação primeira da cultura-valor se dá através desse contato com a elite acadêmica ocidental. Em resumo, tudo que dá à cultura-valor seu aspecto valoroso, perpassam um conhecimento e um julgo que em sua episteme são brancos; a ideia de conhecimento só é válida se passa pela burguesia epistêmica da produção de saber.

A cultura-alma já considera a autointitulação de uma manifestação cultural e mais particularmente de uma identidade cultural. Aqui se complexifica a ideia de cultura porque diferentemente da de valor, essa cultura tem o poder do uso ambíguo da linguagem, da imagem, das gerais categorias de atribuição que designam uma manifestação cultural (significantes e significados) qualquer e, portanto, pode ser usada tanto para a alienação dos vieses liberais para

com a civilização, quanto para reapropriação de uma cultura específica, normalmente “desviante” da hegemônica que se apresenta no ocidente global como a cultura negra, a cultura queer e a cultura underground.

Embora as produções de singularidade entrem num aspecto mais agente do sujeito perante as subjetividades hegemonicamente apresentadas sobre família, amor e trabalho que no geral dizem respeito a um só aspecto: o afeto; a aceitação dessas singularidades pela máquina capitalística num movimento assimilatório, permite que as produções de subjetividade do sistema sejam mais complexificadas, incrementadas e abrangentes. Assim, o que se entende por este movimento é que os conflitos são importantes numa esfera pormenorizada tanto de território físico quanto simbólico.

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção de valor, modos de memorização e de produção ideica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31)

Os conflitos da vida privada capitalística: as dúvidas em relação a um propósito de vida, a crise de identidade, a esperança no futuro; o capitalismo se aproveita das “expectativação” da vida e da crença no futuro; interessa ao capital a solidão de pessoas com idade avançada; a inutilização e internação de pessoas em sofrimento mental ou com capacidade mental reduzida. Todas essas manutenções e a falta dessas manutenções também importam ao capital. Ele se alimenta daquilo que é incerto, que é dividido, que é ambíguo (porque natural, e não sistematizado) para nos oferecer a falsa ideia de um produto simbólico ou material que possa ser entendido pelos nossos sentidos, pela sensação de pertencimento, de sucesso, entre outras. O capitalismo é Integrado porque participa da consolidação individual, ninguém existe fora da dinâmica capitalista, nem mesmo a ecologia, os animais. O capitalismo procura dar a falsa sensação de resolução das ambiguidades através de consumos imediatistas.

A cultura-alma coletiva, portanto, age de duas maneiras ao manifestar-se: (1) como uma maneira de agenciamento do sujeito podendo pertencer a um espaço que vai se construindo de

acordo com a vivência e com as identificações dos sujeitos que formam essa identidade que, nesse caso, formam uma cultura-alma; e (2) como a concessão de um falso espaço de poder (cultural e mercadológico) para que o conflito real destes grupos com o capitalismo faça sentido numa escala simbólica ocupando espaços considerados de poder, mas que quando postos em escala, são concessões de operação deste, mas que não legitimam mudanças estruturais no poder. Esses espaços não necessariamente significam sua prática.

4 AAFETIVIDADE CAPITALÍSTICA

Em todos os âmbitos o afeto tem sido o produto mercadológico desta era pós-moderna. Agindo onde o capitalismo industrial não alcança - âmbitos privados da vida que dizem ou não respeito à força de trabalho: casa, família e lazer por exemplo; e ainda dentro desses espaços “privados”: sonhos, expectativas, frustrações, medo, insegurança - hoje já são resgatados e invadidos com facilidade por este mercado afetivo; o mercado trabalha com as emoções.

A Nestle em maio desse ano para o dia das mães apresentou os primeiros passos de uma criança dormindo no berço, dando os primeiros passos, encontrando a mãe na cozinha, remete a um aspecto de intimidade e de nostalgia que gera a vontade de proporcionar à família a sensação de que a criança está consumindo um produto que transmite o calor afetivo da propaganda; utilizando de bordões que pescam as afetividades através da palavra para produzir uma sensação de intimidade: “existem vários gestos que dizem eu te amo sem palavras”, “o eu te amo que cria espaço para aprender” (NESTLÉ NINHO, 2024.), entre outras, é assim que se constrói a cultura de massa subjetivada.

O que intriga não é somente a utilização destes mecanismos afetivos para construir cultura-mercadoria, mas é que o produto em si, ainda dentro deste mesmo contexto publicitário da Nestlé (2024), por exemplo, material/físico produzido e entregue ao consumidor que busca toda essa sensação para si e para sua família ou para a estância social particular em questão está, na verdade, consumindo produtos ultraprocessados que não oferecem nutrição boa e recomendável ao organismo infantil.

Diante de toda a problemática de saúde que envolve a capitalização das nossas emoções através de bens materiais, a função da cultura de massa junto das demais culturas ainda que em planos distintos, ao mesmo tempo e com abordagens diferentes, é formar um sujeito universal. A cultura-mercadoria com um filme, uma propaganda, uma peça de roupa e qualquer outro tipo de consumo de entretenimento ou trabalho, é capaz de alinhar inúmeras pessoas, de inúmeros territórios culturais, de valor ou não, num espectro de consumo e interesse que é hegemônico através da criação de modos de semiotização.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos; indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão. [...]. E eu nem diria que esses sistemas são “interiorizados” ou “internalizados” [...] que implica uma ideia de subjetividade como algo a ser preenchido. Ao contrário, o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. [...] uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16).

5 SOBRE A ANGÚSTIA DO DESCENTRAMENTO E DA AMBIVALÊNCIA

Em *Modernidade e Ambivalência* (1999), Z. Bauman (1925-2017) apresenta as necessidades de especificação do sujeito através da linguagem que se baseia em nomeação (1) e classificação (2), no entanto, ainda que através das palavras sejam executadas as ações 1 e 2, a linguagem não é capaz de compreender tudo na velocidade em que se expandem as dimensões e concepções de identidade/identificação. A Essa incapacidade Bauman (1999) chama de ambivalência, **essa** condição humana irreversível que quando reconhecida apresenta com ela a ansiedade pela indecisão e falta de definição. Justamente do que se tratam as identidades/identificações modernas.

Seus centros foram deslocados e toda manifestação identitária em qualquer instância está sujeito as semiotizações agenciais, mas também capitalísticas (que buscam produzir [porquê precisam **de**] hegemonia identitária não somente no que diz respeito àqueles já considerados hegemônicos como o corpo branco cis-hetero, mas também ao corpo desviante que, baseando-se em concepções desta grande hegemonia cis-hetero branca, pode, ou não, construir categorias hierárquicas menores entre os que fazem parte, em algum grau ou intensidade, de certa categoria identitária). Ambas se alimentam.

Uma vez que a linguagem como a conhecemos (normatizada e categorizada) não é capaz de alcançar as manifestações existenciais humanas, o sujeito pós-moderno, condição a qual acredito que nos encontramos, vivencia a globalização. A corrida espacial, a substituição do operário pelo maquinário, Guerra Fria, todos esses grandes momentos no ocidente categorizaram a consolidação de um sujeito globalizado. Nesse sentido, as interpelações que atravessam o sujeito têm mais aspectos a nomear e classificar:

“Classificar, em outras palavras, é dar ao mundo uma *estrutura*: manipular suas probabilidades, tornar alguns eventos mais prováveis que outros, comportar-se como se os eventos não fossem casuais ou limitar ou eliminar sua casualidade.” (BAUMAN, 1999, pg. 9)

Todas as vertentes na sociologia pós-moderna ou de uma sociologia da pós-modernidade indicam um sujeito dividido. Hall (2006) categoriza o sujeito pós-moderno como descentrado porque os centros estruturais mudaram, as fábricas foram obrigadas a coexistir com empresas menores e, por consequência, com classes sociais menores; bem como a igreja teve que lidar

com novas interpretações das práticas religiosas. Todas as instituições tiveram que mudar sua maneira de se manter no poder através da concessão.

Entende-se que esses deslocamentos aconteceram também no sujeito pois as práticas mercadológicas se movimentam através da cultura e mesmo a produção mercadológica das culturas (ou nesse caso, das instituições) depende da manifestação subjetiva. Tendo isso em vista, as grandes mudanças econômicas e políticas assim caminharam porque houve demanda subjetiva, manifestação existencial para que houvesse a manutenção dos poderes (GUATTARI; ROLNIK, 1996). A modernidade tardia quase não permite mais previsibilidade nas manifestações individuais, ainda que meramente mapeadas dentro de uma codificação que se baseia em territorialidade, economia, etc. específicas.

Bauman (1999) explica que a ambivalência é uma condição humana, mas que na modernidade é entendida como inimiga da ordem por permitir possibilidades infinitas de classificação e nomeação que entram em *looping*: quanto mais se nomeia/classifica, outras possibilidades se apresentam e caminham para um sistema de probabilidades incontáveis. Sabido isso, o sujeito pós-moderno está inerentemente e inconscientemente envolvido nessa infinita ambivalência que produz outras infinidades dentro de uma mesma identidade. Com a volatilização das identidades sobretudo pelo marketing do século XX, a mudança na dinâmica de trabalho, as revoltas sociais decorrentes da globalização (porque possibilitou a conexão entre diferentes partes do planeta através da tecnologia e informação), o sujeito se encontra em uma posição de insegurança e falta de referencial.

A mudança nas dinâmicas relacionais familiares, de trabalho, amorosas também mudaram a maneira de se consumir. Quando o Estado passa a burocratizar a existência e tecnologizar a vida, aos poucos cedendo ao controle ao invés da disciplina, o poder se torna muito mais integrado em nós porque presente em espaços privados: a televisão, o computador, o celular; sendo assim, uma vez que a hegemonia discursiva apresenta a família, o casamento e o trabalho como pilares existenciais para progresso no sistema capitalista, enquanto o sujeito apresenta questionamentos sobre o significado da instituição familiar, trabalhista e amorosa, este sujeito se apresenta em permanente estado de ambivalência. Entender-se enquanto sujeito que cria a própria história possibilita novas semiotizações que não necessariamente caminham em harmonia com o que se apresenta no corpo social. Todo sujeito, sendo ele considerado hegemônico ou não, sofre as interpelações da ambivalência pós-moderna; o excesso de atravessamentos de realidades que se apresentam porquê expandida a experiência de existir pela globalização.

Os choques culturais de um mesmo grupo identitário, em diferentes partes do globo, decorrentes da globalização, expandiram o alcance de formas de existir (identificações) para o sujeito e esse excesso consequente da expansão produz novas angústias (ambivalências) porque provê nossas possibilidades classificatórias dentro de uma mesma instância.

O sujeito na modernidade, por seu caráter discursivo e historicizado, no século XX é atravessado pelas correntes teóricas psicanalíticas e marxistas. Tendo em vista a interpretação da psicanálise considerando-o [o sujeito] um ser desejante e este desejo como falta, resumiu a relação do indivíduo com o consumo escancarando que a produção de subjetividade capitalista se aproveita da angústia que se dá pela filosofia de um vazio a ser preenchido que, creio eu, se apresenta nas ambivalências existenciais, para fins lucrativos.

Então, a mudança nas dinâmicas relacionais e oportunidade de ressignificação de identidades e emoções que outrora deveriam ser fixas e imutáveis como família e trabalho, produziram outras novas angústias socio-interativas porque viabilizam novas maneiras de interpretação da relação com essas instituições que não necessariamente acompanham a moralização decorrente das burocracias existenciais.

6 A UTILIZAÇÃO CAPITALISTA DAS ANGÚSTIAS

As sociedades modernas não tem ~~um~~ mais um único princípio articulador ou organizador, tudo é plural e entrópico, e os desdobramentos das estruturas de identidade e consumo não se baseiam mais apenas em uma única causa/lei/orientação que outrora seria a classe ou status social; na pós-modernidade passam a ser contemplados outros atravessamentos como gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, concepções ideológicas; o corpo em si. Nada parece se desenvolver de maneira absoluta, mas sempre aberta à volatilidade, modificação, regulação e inevitabilidade.

Hall (2006) explicita que “[...] diferentes divisões e antagonismos sociais produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” [...]”; é justamente esse teor modificável e entrópico que possibilita a variação das identidades na(s) estrutura(s) sejam elas quaisquer que sejam e, culturalmente, diferentes posições de sujeito possibilitam cada vez mais processos de semiotização (consumo). Acontece que essa constante variação, dada sua caotização, causam e usufruem das angústias derivadas da abundância, da incerteza e da segregação pela identidade.

Uma vez que agora o sujeito precisa lidar com outros atravessamentos que não só econômicos, toda posição subjetiva escolhida, toda “parte do sujeito”, suas identificações, ainda que substancialmente temporárias, possuem inúmeros cenários de realização; o excesso de

possibilidade condiciona o sujeito a uma posição ansiosa, angustiada, ainda que agencial. No entanto, a ansiedade não se dá apenas na infinidade de possibilidades que uma escolha ou posição identificatória e subjetiva incitam, mas também no que significam essas escolhas e quais são as condições de ocupação destas no plano social do indivíduo.

O motivo desta afirmação se dá porque a mudança no entendimento do sujeito moderno proporcionado pelas ciências humanas, sobretudo a filosofia com Descartes e Locke, concebeu à manifestação individual do sujeito a percepção de independência dentro das tradições e estruturas e, como resultado disso, deu ao sujeito a manifestação particular de suas crenças culturais (sejam elas de caráter religioso ou social ou político) multifacetando o poder de grandes instituições sobre a sociedade e tornando possível, por exemplo, a construção de novas relações entre os indivíduos e as grandes instituições como a Igreja, a Família, o Estado e o Trabalho. Contudo, utilizando de um agenciamento próprio do sujeito, desdobrado principalmente pelo advento da modernidade, o mercado de consumo agora também derivado das incertezas identitárias maneja estes desconfortos de identificação de forma a vender aquilo que supre o indivíduo, o sentimento de pertencimento e suas *posições de sujeito*.

Essa “virada” na concepção de sujeito, sobretudo com o Iluminismo, concebido a partir de uma “burguesia em crise”, afinal os questionamentos operavam e operam para um lugar cada vez mais distante da certeza, trouxe as inquietações humanas porventura, mas não exclusivamente, burguesas a vista do mercado, levantando questões estéticas de vida e, por consequência, obrigando os mecanismos de poder a se atualizarem, a (re)produzirem estas novas demandas subjetivas no mercado de consumo.

Como a modernidade se caracteriza por grupos sociais e coletivos, as estruturas de funcionamento tiveram que se adaptar às grandes massas - caráter básico da democracia pós-industrial e do estado-nação, e dessa forma se fez necessário abarcar nas políticas, nos espaços culturais e no mercado de consumo, o apego do indivíduo às representações temporárias de si, suas identificações.

Ainda que toda essa “emancipação” ou “elucidação” do sujeito moderno tenha sem dúvidas iniciado processos de independência, houve também com a dissolução do compromisso com as instituições, a manutenção na maneira como estas operam suas dinâmicas que agora não mais são somente materiais, mas também simbólicas, morais e virtuais.

A noção de identidade, pensada como uma delimitação do que não se é a partir da psicanálise e seu desejo como falta e da filosofia até então schopenhaueriana, niilista (embora houvessem também absurdistas e esquizoanalistas, por exemplo) a movimentação hegemônica sempre se apresentou enquanto provedora do que não se tem e, na modernidade, também do

que não se é. Esses deslocamentos na concepção do sujeito trouxe a possibilidade a uma sociedade pós-industrial capitalista de pensar em uma (re)produção de subjetividades, algumas mais em massa que outras, mas que de maneira geral estão maleáveis à diferença de forma a desembocar um capitalismo assimilacionista, considerando a assimilação como a conversão do já existente em algo da própria “natureza” daquilo que assimila. As novas articulações de sujeito complexificaram as sociedades modernas e as teorias clássicas de governo e de economia baseadas somente em direitos individuais porquê exigiu das instituições, diante da prevalência de movimentos sociais e identitários, uma completa mudança na forma de controle populacional e suas demandas de consumo.

Quando a partir do século XX a hegemonia identitária parecia passar por uma crise e as questões políticas adentraram os ambientes social e privado familiar e pessoal – dois pilares que durante toda manifestação subjetiva no decorrer da história humana e social se demonstraram importantíssimos ao indivíduo - classe, gênero, raça, território, geração, orientação sexual e todas essas demarcações identitárias são elementos que agora constituem ambientes de conflitos culturais que demarcam como determinados grupos desenvolvem estratégias de dominação uns sobre os outros e do mercado capitalista sobre todos esses. Portanto, ainda que todas as manifestações culturais dentro dessas grandes categorias de identidades ocupem um lugar legítimo de poder – que coordenaria a “centralidade” do agenciamento – diante dessas mudanças, também estariam e estão “trabalhando” para o processo assimilatório capitalístico, embora isso não exclua a legitimidade de uma manifestação identitária. Uma vez ~~que~~ mapeadas pelo complexo digestivo da máquina capitalística, podem e serão convertidas em consumo mesmo que a manifestação primeva, fruto do agenciamento subjetivo e da necessidade de identificação, não perca sua legitimidade social, embora não possa não significar conquista de território político e/ou mercadológico.

O caráter de mudança tem a ver com a liquidez do poder, com a ocupação deste em espaços privados da vida, principalmente afetivos. A Igreja agora opera sobre a família, a biologia opera sobre o corpo, o trabalho opera sobre o lazer e todas essas juntas operam sobre as relações; e assim a manutenção do poder acontece. Tudo isso junto cria um mercado mais imersivo, presente no inconsciente que gera a sensação de não-legitimidade ao sujeito.

A mudança se dá na forma como a produção de consumo ocupa espaços cada vez mais particulares da vida humana, produzindo demandas que dizem respeito a maneira como se ama, como devem ser e o que deve ter nos momentos em que se está fazendo algo e, essa “falsa” (ainda que extremamente real) sensação de não-legitimidade sobre as ações e a consequente necessidade de se sentir legítimo geram um sujeito angustiado, sempre preocupado com a

natureza de suas ações que se perdem na infinitude proporcionada pela *globalização*, por essas manifestações culturais que cruzam as fronteiras do particular e tornam toda relação uma experiência esvaziada. O que fica é a sensação de falta de origem, de uma “base” e ponto de partida em sua concepção. O pós-moderno é a evaporação constante da *Grand Narrative*: “[...] o enredo por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível.” (Giddens, 1991, pg. 9).

A concepção de angústia e sofrimento da modernidade é interligada com a cultura, com o trabalho e com a identidade. A industrialização e globalização tiveram papel fundamental na participação na fundamentação da psique do Homem moderno. A psicologia e sua teoria cognitiva comportamental introduziram ao ambiente de trabalho um aspecto de familiaridade, cuja saída do mesmo nos custa saúde mental. O plano trabalhista capitalista que começa na industrialização deu ao sujeito moderno uma única certeza perante sua existência: este é e será sempre proletário. Por outro lado, também convida este sujeito a buscar seu bem-estar e qualidade de vida tornando a experiência do trabalho um ato que será recompensatório. Nessa lógica, o trabalho passa a ser um fator importante na manutenção das subjetividades porque “[...] os modos de produção capitalísticos [...] funcionam também através de um modo de controle da subjetivação [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, pg. 16).

Com pretensões de subjetividade baseadas numa concepção de cultura ampla e complexa, parece-me lógico crer e substituir/reduzir a utilização dos adjetivos “ampla” e “complexa” em e para um capitalismo entrópico. Este “controle da subjetivação” se faz importante para a compreensão das condições de bem-estar social porque parece se alimentar dos conflitos existenciais e tecnológicos, catástrofes ambientais, epidemias e pandemias e crises existenciais para obter, ampliar e complexificar sua manifestação e hegemonia.

7 CONCLUSÃO

Talvez a pesquisa apresente um teor pessimista sobre uma mudança sistemática revolucionária por apresentar o capitalismo como tendo se tornado o grande vendedor das nossas maneiras de existir. No entanto, acontece que para o desenvolvimento de um raciocínio cujo objetivo era apresentar a pós-modernidade e as alterações de funcionamento capitalísticas que voluntária ou involuntariamente produziram novas maneiras de sofrimento e angústia e que passaram a utilizar desse mal estar para impulsionar o consumo, foi necessário escrever olhando de uma perspectiva mais estática, ainda que futuramente a pesquisa seja levada adiante.

A ambivalência, fruto da linguagem, não somente é o que movimenta o capital, mas também o que movimenta a cultura. Com a tecnologia dos anos 1900 em alta, o mercado de consumo entendeu que as pessoas consumiam agora maneira de ser, de querer estar e viver porque o trabalho mudava seu formato: os proletários passavam a ser funcionários e ao invés de passarem o dia todo em fábricas, tem também tempo “livre” para outros momentos que, embora sejam genuinamente afetivos, não deixam de ser institucionais como a família e a escola. Nesse sentido, o sujeito passa a ter outros interesses e a ser interpelado e dividido em diferentes ambientes. Deve se portar de uma maneira no trabalho, de outra em casa e de outra na escola, e assim vai. Essas diferenciações de contexto social deram ao sujeito a possibilidade agir conforme a necessidade.

Uma vez que pela mudança na forma com que se trabalha e a quantidade de horas, o sujeito passa a desenvolver outras demandas de consumo como a importância pela decoração de suas casas, a moda, a alimentação. Uma vez que o sujeito perpassa as várias estâncias sociais várias vezes ao dia, cada vez mais ambivalências públicas e privadas do ser geram necessidades de novas classificações, sendo as classificações, nesse contexto, o consumo.

Somado a ideia do consumo enviesado pela instituição de onde se fala, há também o consumo para quando não é possível classificar a ambivalência que gera determinada angústia e, por isso, o consumo que opera assim como o trabalho uma recompensa (o conforto emocional “imediatório” e temporário) tem se tornado a saída para as angústias pós-modernas.

A pandemia é o exemplo mais próximo de uma sociedade doente que vende uma falsa cura para a calamidade. O excesso de “influencers” em sua maioria ricos ou enriquecidos pelo advento do TikTok e reels do Instagram passaram a impulsionar o mercado dos produtos para cuidado com a pele, suplementação alimentar sem comprovação científica de eficiência; pessoas que fazem vídeos limpando banheiro com uma série de produtos em abundância sem necessidade alguma para preencher um período de 2 minutos na vida de alguém que está procrastinando interações sociais para além das virtuais, independente do motivo.

Em todo caso, o que se cria com o imediatismo do consumo é apenas a necessidade de se consumir mais que para o capital é perfeito, mas as consequências disso para um poder agente é que por mais que haja revolta, vontade de mudança seja ela particular ou coletiva, política ou pessoal, é que o capitalismo busca prover a sensação de comodidade e de conforto através do consumo. No entanto, é sabido que a maior parte do globo se encontra em insegurança financeira e alimentar, desemprego, tornando até o consumo (atalho para remediação da angústia) difícil de ser alcançado, gerando assim, angústia. Por todos os lados o que há é ambivalência.

O texto, portanto, procurou explicitar o funcionamento capitalístico e seu entendimento das condições de sujeito baseados na crescente cientificista e movimentação social identitária na modernidade, para explicitar que os descentramentos do sujeito desde que entendidos como seres dependentes do externo demonstraram a quem controla o capital que é possível tentar atender pequenas demandas existenciais particulares para que se mantenha a ordem e o poder capitalistas ainda que isso custe a sanidade mental daqueles que participam porque antes do capitalismo ser apenas o excesso de consumo, ele é a exploração da mão de obra, a fome, o desemprego, a falta de saneamento básico, o desvio de verba pública e o encarceramento de corpos inutilizados ao trabalho.

8 REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 20ª ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. 5ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.